



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA GRACIOSA

ATA N.º 11/2020

Reunião Ordinária de 7 de maio de 2020

Aos sete dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte, pelas nove horas e trinta minutos, reuniu, ordinariamente, por videoconferência, a Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa, sob a presidência de Manuel Avelar Cunha Santos (Presidente da Câmara), tendo também participado Maria da Conceição de Sousa da Luz Cordeiro (Vice-Presidente da Câmara), António Manuel Ramos Reis (Vereador), Cláudia de Fátima Bettencourt Veiga da Cunha (Vereadora) e António Manuel Bettencourt Ortins Lourenço (Vereador).-----

Período antes da ordem do dia

O Presidente da Câmara saudou os/as Vereadores/as e deu início à reunião. Foram analisados o mapa do registo de ordens de pagamentos e o relatório das obras municipais em curso. A Câmara tomou conhecimento da segunda alteração ao Orçamento e à Grandes Opções do Plano de dois mil e vinte. A Câmara tomou também conhecimento da aprovação dos projetos de arquitetura referentes a: remodelação e reconstrução de edifício de habitação unifamiliar (Turismo no Espaço Rural – Casas de Campo), sito nas Covas, n.º 47/49, freguesia de Santa Cruz, de Sérgio Alexandre Valentim Ramalho; construção de habitação unifamiliar, sita no Caminho das Dores, freguesia de Santa Cruz, de Pedro Alexandre Melo Cabeceiras; e reconstrução e ampliação de moradia, sita nos Fenais, n.º 61, freguesia de São Mateus, de Júlio Manuel da Silva Sousa. O Vereador António Reis teve conhecimento de que o problema de falta de areia estaria em vias de ser resolvido e ainda que as operações marítimas dos grupos ocidental e central teriam início em breve, não estando a Graciosa incluída nesta última, e solicitou

esclarecimentos sobre estes assuntos. O Presidente da Câmara confirmou que a questão burocrática do licenciamento dos barcos está ultrapassada e que, segundo a informação que lhe foi facultada, a partir da próxima semana será restabelecido o normal transporte de areia para a Graciosa. Esclareceu também que a câmara se encontra a aguardar uma resposta à exposição remetida à senhora Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas a manifestar a sua apreensão e total desacordo relativamente à não inclusão da ilha Graciosa no transporte marítimo regular de passageiros e veículos durante o próximo verão, solicitando que seja equacionada uma forma de reverter esta situação, por ser imprescindível para a dinamização da economia da Graciosa. O Vereador António Reis expressou o seu desacordo em relação à organização da distribuição de máscaras pelo Governo Regional, que deixa a Graciosa para o fim, e propôs que a câmara adquirisse máscaras para dar à população, uma vez que as outras ainda iriam demorar a chegar. O Presidente informou que o município já encomendou uma quantidade considerável de máscaras para os seus colaboradores e para todos os munícipes que recorram aos serviços municipais de atendimento ao público e delas necessitem, tendo, no entanto, explicado que o fornecedor destes equipamentos é o mesmo que o do governo, pelo que não deverão estar disponíveis antes do dia dezoito. O Vereador António Reis apresentou duas propostas, designadamente, que a câmara procedesse ao contacto pessoal com cada um dos estudantes deslocados, a fim de perceber as suas necessidades, e ainda que o montante destinado às Festas de Santo Cristo, caso não se realizem, seja repartido pelas entidades culturais da ilha. O Presidente comunicou que não tem conhecimento, por qualquer via, de nenhum estudante graciosense que esteja em dificuldades e também ninguém recorreu à linha de apoio disponibilizada pelo Município a pedir ajuda, relembrando que o Governo Regional está a apoiar todos os estudantes deslocados com necessidades. Declarou ainda que a câmara não poderá contactar todos os estudantes porque não tem os seus contactos nem meios de os obter, até por uma questão de proteção de dados, e que todos terão condições e conhecimentos para solicitar apoio através de contacto telefónico ou endereço eletrónico. O Presidente também informou que, com o intuito de se poder ajudar os munícipes em situações excecionais de carência grave, a câmara está a preparar uma proposta de regulamento municipal do fundo de emergência social e que a câmara pretende antecipar a atribuição dos subsídios às coletividades,

possivelmente no mês de julho, tendo a Vice-Presidente acrescentado que já estão todas a ser contactadas no sentido de acelerarem a entrega dos relatórios.-----

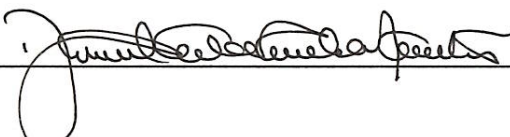
Ordem do dia

1 – Paróquia de Nossa Senhora da Luz – pedido de apoio-----

Conforme proposto pelo Presidente da Câmara, no âmbito da política de preservação do património religioso da nossa ilha, foi deliberado, por unanimidade, conceder um subsídio no valor de cinco mil euros à Paróquia de Nossa Senhora da Luz, para fazer face a despesas com a renovação do soalho da igreja de Nossa Senhora da Luz,.-----

Não havendo mais assuntos a tratar, deu-se por encerrada a reunião de que se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada nos termos da lei.-----

O Presidente da Câmara,



A Vice-Presidente da Câmara,

Os/as Vereadores/as,

A Secretária,

Ana Isabel Goulart Bettencourt